



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSEIS (14-04-16)

Aos quatorze de abril de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta e cinco minutos, no Auditório Aníbal Walter, no Centro de Convenções Alphonsus de Guimarães Filho, situado na Avenida Getúlio Vargas, centro, nesta cidade, reuniram-se representantes dos poderes constituídos, sociedade civil organizada e cidadãos marianenses, atendendo ao **Requerimento nº52/2015**, de autoria dos vereadores Juliano Gonçalves Duarte e Cristiano Silva Vilas Boas, para discutirem políticas públicas de proteção animal. A Mesa foi composta pelas seguintes autoridades: o Presidente da mesa de trabalhos da audiência, o Vereador Juliano Vasconcelos; o Vereador Cristiano Vilas Boas; o Presidente da Câmara Municipal, o Vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas; a representante da Coordenadora do setor de zoonoses municipal, a Veterinária Sra. Michele Azevedo; a Veterinária, Doutora Ana Liz Bastos; a Gerente de vigilância ambiental de Lafayete, Sra. Carla Sassi. Registraram-se a presença da representante da Secretaria de Administração, Sra. Poliana Costa; da Secretária Adjunta de Vigilância à Saúde, Sra. Natércia Nobre; do Comandante da Polícia do Meio Ambiente, Sr. Valdeci Geraldo do Nascimento; da Vice-presidente do Instituto de Defesa dos Direitos dos Animais (IDDA), Sra. Luciana Salles; da integrante do IDDA e do Canil de Mariana, Sra. Maria de Fátima, do representante da empresa Samarco, Sr. Álvaro Pereira. Após abertura da audiência, um dos autores do requerimento, o vereador Juliano cumprimentou a todos e assinalou que o objetivo é levantar deliberações, discutir uma legislação municipal voltada para políticas públicas em prol dos animais e promover algumas parcerias como, por exemplo, com a empresa Samarco Mineração. Com a palavra, o presidente da Câmara cumprimentou a todos e acrescentou que é preciso ter uma legislação mais firme, uma postura forte para que se cobre um maior cuidado por parte dos donos de animais. Com a palavra, o vereador Cristiano disse que há muitos municípios avançando na questão de políticas públicas para animais. O vereador disse que as proposições serão apresentadas na Câmara e em comum acordo com o executivo e acrescentou que as ONG's poderão contribuir no intuito de fazer uma legislação mais avançada para Mariana. Com a palavra, Sra. Michele parabenizou a presença de todos demonstrando preocupação com o tema da audiência. Ela disse que quem protege os animais protege a saúde do ser humano. Segundo Michele há uma preocupação muito grande com os animais soltos e abandonados nas ruas, os quais prejudicam a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

todos e reproduzem desordenadamente. É preciso dar uma melhor qualidade de vida aos animais, evitar que eles fiquem nas ruas e proteger as comunidades. Com a palavra, Dra. Ana Liz cumprimentou a todos e acrescentou que há anos muitos municípios têm leis e que trabalham projetos para os animais. A veterinária disse que em 2013 houve um seminário de manejo populacional de cães e gatos em Mariana para discutir políticas para os animais e três audiências públicas em Ouro Preto, porém nada saiu do papel. A doutora Ana Liz disse que é vergonhoso o canil de Mariana, é um momento de a prefeitura de Mariana caminhar, fazer algo, aproveitar exemplos e acrescentou que há uma lei que já proíbe a eutanásia em animais saudáveis. Com a palavra, a Sra. Carla Sássi disse que o trabalho em Conselheiro Lafayette é um exemplo e acrescentou que os animais são de responsabilidade do município, o que se busca é que Mariana também seja um diferencial. Sra. Carla disse que é preciso impedir a eutanásia, que seja desenvolvido um projeto de castração na cidade. Prosseguindo, o vereador Juliano explicou as regras para as pessoas se manifestarem, essas poderiam fazer por escrito ou oralmente as perguntas, sendo direcionadas para uma autoridade de acordo com o tema. O vereador Juliano informou que apesar dos avanços de alguns municípios 80% deles no estado de Minas Gerais não têm nenhuma política pública de proteção animal. Com o tempo isso vem mudando, as pessoas têm se conscientizado mais sobre a questão. O vereador citou o primeiro Decreto de Lei 24.645/34 existente no país que fala de alguma política de proteção animal, há também uma de crimes ambientais, a lei 9.605/98 e, recentemente, foi criada uma lei estadual 21.970/2016. O vereador disse que a legislação de Itabirito é muito interessante, pela qual se pode trabalhar uma para o município de Mariana. Ele ressaltou que existe um canil que presta o serviço no município e assinalou que o serviço de zoonoses tem trabalhado fortemente na contenção de focos de Leishmaniose na cidade. Algumas denúncias foram feitas em relação ao canil, tendo algumas atitudes mudadas através da fiscalização. O vereador disse que o serviço de canil não é simples, é uma responsabilidade muito grande e acrescentou que o tema é uma questão de saúde pública. Iniciada as sessões de perguntas, a Sra. Carla perguntou quais ações efetivas de castração de animais resgatados e acolhidos no canil municipal. Sra. Michele disse que ainda não existe um programa definido pelo poder público, com acompanhamento e programação. Ela disse que é um trabalho que se faz em conjunto com bastante estudo e cautela e que devido à falta de recursos ainda não há esse programa. Ela disse que a principal questão é trabalhar com a castração, desenvolver um programa irrestrito junto com a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

prefeitura, entidades e comunidade. Sra. Carla perguntou há quanto tempo o canil presta serviço ao município, se há no contrato alguma cláusula sobre castração. Sra. Michele disse que o canil presta serviço ao município há três anos e acrescentou que seria desenvolvido dentro de um novo edital um futuro programa de castração. A doutora Ana Liz disse que a região tem um plano que precisa ser colocado em prática. É de responsabilidade da prefeitura pensar em requisitos a serem colocados no edital do processo licitatório, fazer um aditivo de contrato que exija a castração. Já é garantido em lei 10 % de castração da população animal. Sr. Aloísio Fonseca quis saber se o canil municipal possui um veterinário e como é feito o recolhimento de animais de grande porte nas estradas, se existe alguma fiscalização. Outro participante perguntou o que poderia ser feito a respeito de animais abandonados e machucados em Cachoeira do Brumado. Sra. Michele disse que o problema não é só deste distrito, a apreensão efetiva não é tão simples e acrescentou que no contrato firmado com o canil terceirizado prevê esta apreensão. As denúncias e pedidos de apreensão podem ser feitos também pelo telefone 3558-2653 do departamento de vigilância e zoonoses, todas as demandas são atendidas e repassadas ao canil, o qual efetuará as apreensões e que também faz rondas nos distritos para recolher os animais. Em relação à pergunta de Aloísio, Michele afirmou que existe um veterinário no canil atualmente e que os animais de grande porte são de responsabilidade do DEER e não da Secretaria de Saúde e de Agricultura. Sra. Michele disse que sempre existiu no município um contrato de apreensão de animais de grande porte nas rodovias ao redor do município. Esse trabalho está ligado à Secretaria de Agricultura e o Sr. Fábio é o responsável pelo recolhimento. O presidente Antônio Marcos disse que o recolhimento atualmente é feito pelo Sr. Fábio, o qual recolhe animais no centro da cidade, na área urbana. O município não possui um convênio com o DEER para fazer o recolhimento nas rodovias. Sr. Ricardo perguntou para onde vão os animais depois de recolhidos. O presidente Antônio Marcos disse que os animais são levados para Bandeirantes, paga-se uma taxa para retirar os animais. A doutora Ana Liz lamentou a ausência do secretário de agricultura e do meio ambiente e comentou a necessidade de os órgãos estarem articulados, de modo a não esperar pelo DEER. O município é responsável por seus animais. O presidente sugeriu a criação de um conselho para tratar as políticas públicas de proteção animal. Sra. Luciana disse que em 2013 foi possível proibir a eutanásia de animais saudáveis em Ouro Preto e ressaltou que o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Lafayette é um exemplo. Sra. Juliana assinalou que o tema da audiência se trata também de uma questão de saúde



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

humana e acrescentou que são as Ong's que fazem castrações a baixo custo e feiras de adoções. Não há uma parceria do município com essas entidades, o município não assume sua responsabilidade, a qual é deixada para as Ong's, e isso faz com que o trabalho fique muito pesado, é muita demanda. Os animais assistidos pelo CCZ tem sido tanto animais doentes quanto sadios, o recolhimento é geral. Sra. Juliana ressaltou que a responsabilidade pelos animais é do município e que é preciso exigir a castração nos contratos dos municípios com os canis. Adiante, ela questionou a ausência dos secretários de agricultura e do meio ambiente. Sra. Juliana disse que o estatuto do IDDA é contra o CCZ pelos casos na região, sua defesa é a construção de um abrigo sob responsabilidade do poder público e que possua exigências que beneficiem os animais. E que se for criado um CCZ em Mariana que seja apenas para animais doentes, um local adequado para eles ficarem e que seja fiscalizado. Sra. Carla perguntou qual a carga horária do veterinário no canil de Mariana. Sr. Donizete, dono do canil, disse que era em torno de dez a doze horas semanais. Ele colocou o canil à disposição de todos, estando aberto para visitaçõ e para sugestões que visam melhorias. Sra. Maria de Fátima, que trabalha no canil, disse que estão sendo feitas melhorias no canil, o Sr. Donizete sempre tem atendido os seus pedidos. Adiante, ela disse que existe um carro para atender toda a demanda da cidade e dos distritos, nem sempre é possível atender a todos ao mesmo tempo. O vereador Juliano perguntou ao Sr. Álvaro, representante da Samarco, se é possível uma parceria para a castração de todos os animais do canil. Sr. Álvaro agradeceu as ong's, a prefeitura e o canil pelo apoio no resgate dos animais na tragédia e pós-tragédia. Ele disse que é preciso ter controle populacional dos animais e acrescentou que a Samarco criou uma fundação para tratar dos assuntos pós tragédia e que um dos de seus projetos é elaborar um projeto de proteção animal. Assim, ele assinalou que pode ser discutido a parceria dentro da fundação, num âmbito mais global, para tratar a causa na raiz e trabalhar a questão da conscientização nas escolas, por exemplo. O vereador Juliano disse que em Mariana não há um CCZ, o que seria uma proposição importante a ser implementada na cidade. O vereador afirmou que o canil foi fiscalizado pela Secretaria de Saúde, foram dadas algumas recomendações que poderiam ser efetuadas para melhorar o trabalho do canil. O vereador Juliano informou que os secretários de agricultura e de meio ambiente foram convidados para a audiência. A Sra. Lizandra Alves perguntou se há alguma legislação para fiscalizar a venda de animais em petshops e lojas de produtos agrícolas e a questão dos abatedouros em Mariana. O vereador Juliano disse que a lei municipal de Itabirito fala da questão



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

das vendas dos animais e sobre os abatedouros, há aliás a construção de um no município, o qual ainda não possui um selo de fiscalização. Atualmente, as carnes vendidas na cidade são de outros lugares e inspecionadas por uma comissão fiscalizadora de Mariana. Sra. Raquel perguntou se há alguma parceria com o corpo de bombeiro para resgates de animais e se são levados para o canil. O vereador disse que o canil recebe cães e gatos, já os animais de grande porte são levados para Bandeirantes, onde o proprietário tem que pagar uma taxa para o animal ser retirado. O canil é obrigado atender as denúncias ligadas ao recolhimento de animais. O vereador Cristiano disse que a partir da criação de fundo municipal poderia destinar algum recurso para custear a castração, a qual tem um preço muito alto. Adiante, o vereador pediu uma cópia do estatuto do IDDA que poderá contribuir para a elaboração da legislação. A doutora Ana Liz propôs a criação de uma comissão para discutir a legislação e acrescentou que Mariana necessita de um abrigo grande, em que se pode ter o controle de zoonoses, uma ong responsável pela adoção, levar a ong para as escolas e promover uma parceria com laboratórios de medicamentos. A Sra. Maria de Fátima disse que às vezes se passa por constrangimentos e limitações em relação às denúncias advindas da Vila Samarco e Antônio Pereira, pois são locais que pertencem a outra cidade, mas mesmo assim tenta-se passar alguma orientação. Sr. Donizete disse que seria interessante Ouro Preto fazer um convênio assim como o canil de Mariana já possui com Catas Altas, Barão dos Cocais e Santa Bárbara, para recolhimento de animais nas estradas. O Comandante Valdeci disse que tem procurado apoio para criar uma guarda ambiental municipal. Outra proposta que a polícia ambiental tem apresentado é um projeto ambiental envolvendo escolas. Em relação aos abatedouros, a polícia ambiental fiscalizou todos os locais de abates, os que estavam irregulares foram atuados e acrescentou que todas as denúncias de abates clandestinos estão sendo atendidos. Sra. Natércia Nobre sugeriu a criação de um hospital veterinário ou uma clínica que funcione nos finais de semana e feriados. Sra. Maria de Fátima perguntou ao Comandante Valdeci se há possibilidade de entrar em contato com a polícia quando acontece casos de maus tratos contra animais, se é possível o acompanhamento para ir ao local. O comandante ressaltou que dentro das possibilidades poderá ser possível, porem às vezes não o será, pois há apenas uma viatura para atender. O comandante esclareceu que as denúncias de maus tratos devem ter provas para que a polícia tome uma providência. Em seguida, a doutora Ana Liz disse que infelizmente não há uma boa visão da polícia ambiental, não há uma parceria, geralmente os pedidos não são atendidos. É preciso o apoio de todos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

para mudar o panorama da região. Sra. Carla reforçou a criação de uma comissão para trabalhar as questões levantadas na audiência e acrescentou que todos os órgãos devem dar suporte entre si para que se tenha ações efetivas. A Sra. Michele assinalou que há vários tipos de zoonoses na região que precisam ser consideradas pela população e defendeu a presença da polícia para verificação de maus tratos. O vereador Cristiano disse que é preciso somar forças e conhecimentos para propor uma legislação a ser apresentada na Câmara Municipal. O vereador ressaltou que é preciso trabalhar a adoção, mas também a pós adoção, pois muitas vezes a família não possui condições de cuidar do animal e acaba o abandonando. O presidente disse que é preciso aprender com o CCZ de Lafayette que tem sido um exemplo. O vereador Juliano agradeceu a presença das ong's, o apoio da Câmara. A seguir, o vereador estabeleceu em comum acordo com os presentes quem serão membros da comissão em defesa de políticas públicas de proteção ao animais: Mirelle, representando a sociedade civil; Luciana Salles, representante das ong's; Maria de Fátima, o canil municipal; Carla Sássi, representando os veterinários; a veterinária Michele Soares, a Secretaria Municipal de Saúde; os vereadores Antônio Marcos, Juliano Duarte e Cristiano Vilas Boas, a Câmara; o Comandante Valdeci, a Polícia Militar Ambiental; e Ana Liz, o Instituto Técnico de Educação e Controle Animal (Itec). O representante da Samarco na reunião assumiu o compromisso de verificar qual funcionário da empresa fará parte dessa Comissão. Nada mais havendo, o vereador Juliano declarou encerrada a Audiência Pública às vinte horas e quarenta e quatro minutos. E, para constar, lavrou-se a presente Ata que, após lida e, se aprovada, será assinada.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

para mudar o panorama da região. Sra. Carla reforçou a criação de uma comissão para trabalhar as questões levantadas na audiência e acrescentou que todos os órgãos devem dar suporte entre si para que se tenha ações efetivas. A Sra. Michele assinalou que há vários tipos de zoonoses na região que precisam ser consideradas pela população e defendeu a presença da polícia para verificação de maus tratos. O vereador Cristiano disse que é preciso somar forças e conhecimentos para propor uma legislação a ser apresentada na Câmara Municipal. O vereador ressaltou que é preciso trabalhar a adoção, mas também a pós adoção, pois muitas vezes a família não possui condições de cuidar do animal e acaba o abandonando. O presidente disse que é preciso aprender com o CCZ de Lafayette que tem sido um exemplo. O vereador Juliano agradeceu a presença das ong's, o apoio da Câmara. A seguir, o vereador estabeleceu em comum acordo com os presentes quem serão membros da comissão em defesa de políticas públicas de proteção ao animais: Mirelle, representando a sociedade civil; Luciana Salles, representante das ong's; Maria de Fátima, o canil municipal; Carla Sássi, representando os veterinários; a veterinária Michele Soares, a Secretaria Municipal de Saúde; os vereadores Antônio Marcos, Juliano Duarte e Cristiano Vilas Boas, a Câmara; o Comandante Valdeci, a Polícia Militar Ambiental; e Ana Liz, o Instituto Técnico de Educação e Controle Animal (Itec). O representante da Samarco na reunião assumiu o compromisso de verificar qual funcionário da empresa fará parte dessa Comissão. Nada mais havendo, o vereador Juliano declarou encerrada a Audiência Pública às vinte horas e quarenta e quatro minutos. E, para constar, lavrou-se a presente Ata que, após lida e, se aprovada, será assinada.